

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

FICHA TÉCNICA DE ELABORAÇÃO			
Secretaria:	SEMECE		
UGB:	PEDE		
Responsável pela Demanda	SIMONY VALEZE MOARES ROCHA	Cód. Funcional	546
Objeto da aquisição/contratação (Conforme PCA)	Contratação de empresa especializada em orientação vocacional para os alunos do projeto Jovens na Industria		
Responsável pela elaboração	SIMONY VALEZE MORAES ROCHA	Cód. Funcional: 546	

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a previsão contida no inciso XX do art. 6º da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, o Estudo Técnico Preliminar é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



A presente contratação decorre da necessidade de garantir a adequada execução das ações formativas previstas no âmbito do Projeto Jovens na Indústria, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em parceria com o setor produtivo.

O projeto tem como público-alvo jovens em fase de definição de trajetória acadêmica e profissional, demandando acompanhamento técnico especializado voltado ao desenvolvimento de competências socioemocionais, autoconhecimento e preparação para inserção no mundo do trabalho.

Nesse contexto, a orientação profissional constitui atividade essencial para apoiar os participantes na tomada de decisões conscientes quanto à escolha de carreira, contribuindo para a redução de evasão, melhor aproveitamento das oportunidades educacionais e alinhamento entre perfil individual e demandas do mercado.

Ressalta-se que a Administração não dispõe, em seu quadro funcional, de profissional com disponibilidade compatível para execução dessas atividades de forma contínua e estruturada, o que evidencia a necessidade de contratação externa especializada.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para assegurar a qualidade das ações desenvolvidas, a efetividade dos resultados esperados e a continuidade do projeto, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, planejamento e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. ÁREA REQUISITANTE:

Área requisitante	Responsável
PEDE	Alesandra Cristina Martins Gouveia

4. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação encontra-se alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, estando prevista no



planejamento institucional como ação necessária à execução dos projetos educacionais e de desenvolvimento social promovidos pela Administração, em especial o Projeto Jovens na Indústria.

A inclusão da demanda no planejamento anual demonstra a observância do princípio do planejamento, previsto na Lei nº 14.133/2021, evidenciando que a contratação decorre de necessidade previamente identificada e devidamente programada pela Administração Pública.

Destaca-se que a contratação está compatível com as diretrizes orçamentárias e com os objetivos estratégicos da política pública educacional do Município, contribuindo para a formação integral dos jovens e para sua inserção qualificada no mundo do trabalho.

Assim, verifica-se que a contratação não se trata de medida isolada ou emergencial, mas de ação planejada, coerente com o Plano de Contratações Anual e com as metas institucionais estabelecidas.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DA CONTRATAÇÃO

A estimativa da contratação foi elaborada com base no levantamento preliminar da demanda do Projeto Jovens na Indústria e em projetos anteriores, considerando a quantidade de encontros previstos, a carga horária estimada e os valores praticados no mercado para serviços de natureza semelhante.

Para fins de composição do valor estimado, deverão ser realizadas pesquisas de preços junto a potenciais fornecedores, mediante coleta de, no mínimo, três cotações válidas, além de consulta a contratações similares realizadas por outros entes públicos, quando disponíveis, conforme orientações da Lei nº 14.133/2021.

A estimativa deverá refletir valores compatíveis com o mercado, observando-se os princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade, servindo como parâmetro para a análise das propostas e para a adequada instrução do processo de contratação.



Ressalta-se que o valor final da contratação será definido após a consolidação da pesquisa de preços, devidamente justificada e documentada nos autos do processo administrativo.

6. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de valor da contratação será definida com base em pesquisa de preços a ser realizada junto ao mercado, considerando serviços de natureza semelhante, carga horária prevista e complexidade das atividades a serem executadas.

Para fins de referência preliminar, estima-se a realização de encontros semanais, com duração média de 3 (três) horas, ao longo do período de execução do projeto, totalizando aproximadamente 80 (oitenta) horas de prestação de serviços.

Considerando valores praticados no mercado para serviços técnicos especializados na área de orientação profissional e desenvolvimento de carreira, estima-se, de forma inicial, o valor médio entre R\$ 150,00 e R\$ 300,00 por hora, podendo variar conforme qualificação do profissional e metodologia aplicada.

Dessa forma, a estimativa global preliminar da contratação situa-se na faixa aproximada de R\$ 12.000,00 a R\$ 24.000,00, devendo ser confirmada e ajustada por meio de pesquisa formal de preços, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021.

A definição do valor final observará os princípios da economicidade, razoabilidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de orientação profissional e desenvolvimento de carreira, a serem executados por meio de encontros presenciais com os participantes do Projeto Jovens na Indústria.

A execução abrangerá a realização de atividades estruturadas, incluindo aulas dialogadas, dinâmicas de grupo, rodas de conversa e práticas orientadas, com foco



no desenvolvimento de competências socioemocionais, autoconhecimento, preparação para o mundo do trabalho e apoio à tomada de decisão quanto à trajetória profissional.

A solução contempla, ainda, o planejamento das atividades, a condução dos encontros, a adaptação metodológica conforme o perfil dos participantes e a apresentação de relatórios de execução, possibilitando o acompanhamento e a avaliação dos resultados pela Administração.

Adicionalmente, a contratação alinha-se às diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, especialmente no que se refere à promoção da educação de qualidade (ODS 4), do trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8) e da redução das desigualdades (ODS 10), ao fomentar o desenvolvimento integral dos jovens e ampliar suas oportunidades de inserção social e profissional.

Trata-se de solução completa e integrada, que envolve não apenas a transmissão de conteúdos, mas também a promoção de experiências formativas que contribuam para o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens, atendendo às diretrizes do projeto e às necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

A adoção dessa solução mostra-se adequada e suficiente para atender à demanda, assegurando qualidade na execução, eficiência na aplicação dos recursos públicos e alinhamento com os objetivos institucionais, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação não será objeto de parcelamento, tendo em vista que o objeto consiste na prestação de serviço técnico especializado de natureza integrada, cuja execução demanda unidade metodológica, coerência pedagógica e acompanhamento contínuo dos participantes ao longo de todo o período previsto.

O eventual parcelamento poderia comprometer a padronização das atividades, a sequência didática e a efetividade dos resultados esperados, uma vez que



a condução por múltiplos prestadores poderia gerar descontinuidade, divergência de abordagens e prejuízo ao processo formativo dos jovens.

Ademais, considerando o baixo valor estimado da contratação e a natureza do serviço, não se verifica ganho de economicidade ou ampliação da competitividade com a sua divisão, razão pela qual a execução por um único contratado mostra-se mais adequada e eficiente.

Dessa forma, a não adoção do parcelamento encontra-se devidamente justificada, em consonância com o princípio da eficiência e com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, que preconiza a avaliação técnica quanto à viabilidade de divisão do objeto, sempre com vistas à melhor solução para a Administração Pública.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação tem por finalidade alcançar resultados que contribuam diretamente para o desenvolvimento integral dos jovens participantes do Projeto Jovens na Indústria, bem como para o aprimoramento das ações educacionais promovidas pela Administração Pública.

Dentre os principais resultados pretendidos, destacam-se:

- desenvolvimento de competências socioemocionais, tais como responsabilidade, autonomia, comunicação e trabalho em equipe;
- ampliação do autoconhecimento e da capacidade de tomada de decisão quanto à escolha profissional;
- preparação dos participantes para inserção no mundo do trabalho, com compreensão de direitos, deveres e dinâmicas do mercado;
- fortalecimento da permanência e engajamento dos jovens nas atividades educacionais;
- promoção de atitudes cidadãs e alinhadas aos valores sociais e institucionais;
- melhoria da qualidade das ações formativas desenvolvidas no âmbito do projeto.

Espera-se, ainda, que a contratação contribua para maior efetividade das políticas públicas voltadas à juventude, promovendo oportunidades de



desenvolvimento pessoal e profissional, em consonância com os princípios da eficiência, interesse público e resultados previstos na Lei nº 14.133/2021.

10. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

Diante das análises realizadas, conclui-se que a contratação pretendida se mostra adequada, necessária e suficiente para o atendimento da demanda identificada no âmbito do Projeto Jovens na Indústria, atendendo de forma eficiente às necessidades da Administração Pública.

A solução proposta revela-se tecnicamente viável e alinhada aos objetivos institucionais, permitindo a execução das atividades de orientação profissional e desenvolvimento de carreira com qualidade, continuidade e efetividade, contribuindo para o desenvolvimento integral dos jovens participantes.

Sob o aspecto jurídico e administrativo, a contratação encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade e interesse público, além de apresentar compatibilidade com o Plano de Contratações Anual e com as diretrizes orçamentárias vigentes.

Dessa forma, posiciona-se favoravelmente à realização da contratação, por se tratar da alternativa mais adequada para assegurar a execução das ações previstas, sem prejuízo à competitividade, à transparência e à boa gestão dos recursos públicos.

Tarumã, 04 de maio de 2026.

Simony Valeze Moraes Rocha

Supervisora de Programas

UGB PEDE

